



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

APÊNDICE - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

CONCORRÊNCIA n.º **90001/2024**
(Processo Administrativo n.º 23381.003830.2024-32)

Estudo Técnico Preliminar 34/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23381.003830.2024-32

2. Descrição da necessidade

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar à contratação de solução, mensurando os riscos, determinando as estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

2.2. O estudo, aqui apresentado, recai sobre a realização de contratação, com o intuito de proceder com a execução de serviços de construção de campo de futebol society na unidade do Campus Picuí - IFPB, para fins de atendimento as necessidades institucionais, identificando e analisando os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.3. O Instituto Federal da Paraíba, oferta ensino público, gratuito e de qualidade, atua na disponibilização de cursos técnicos de nível médio, cursos superiores, cursos de especialização e cursos de curta duração, buscando articular ensino, pesquisa, extensão, inovação, trabalho e práticas sociais. Para o desenvolver de todas as atividades acadêmicas e administrativas, há necessidade em dotar a instituição com infraestrutura básica, provendo condições adequadas para a formação de seus discentes, bem como para o fortalecimento de suas relações com a comunidade.

2.4. A necessidade de contratação, objeto da presente Estudo Técnico Preliminar, está diretamente relacionada à promoção de atividades esportivas e à ampliação da infraestrutura destinada à prática de esportes, atendendo às demandas institucionais e acadêmicas.

2.5. Atualmente, a unidade do Campus Picuí carece de um espaço adequado e específico para a prática de esportes coletivos, particularmente futebol, que é uma das modalidades mais demandadas tanto pelos estudantes quanto pela comunidade local. A ausência dessa infraestrutura limita a capacidade do campus de oferecer atividades de extensão, bem como de fomentar a integração social e o desenvolvimento físico dos discentes, conforme preconizado nas diretrizes institucionais de promoção de saúde e bem-estar.

2.6. Além disso, a carência de um campo de futebol society restringe a realização de eventos esportivos, tanto internos quanto com outras instituições, o que compromete o objetivo de proporcionar aos alunos e à comunidade um ambiente que valorize a prática esportiva como meio de formação integral e de promoção da cidadania.

2.7. A ausência de um campo de futebol society adequado cria uma lacuna no que diz respeito às condições necessárias para o desenvolvimento de atividades esportivas e de lazer. Isso afeta diretamente o cumprimento dos objetivos institucionais voltados à formação integral dos estudantes, que inclui, além da excelência acadêmica, a promoção de atividades esportivas e culturais que complementem o processo de ensino-aprendizagem. A falta dessa estrutura também impossibilita a realização de eventos e atividades esportivas que poderiam reforçar a interação entre a instituição e a comunidade.

2.8. A construção do presente equipamento proporcionará a comunidade um grande atrativo social, pois nela é possível a realização de várias atividades, desde as culturais e as propriamente destinadas a seu fim. Os principais objetivos a serem alcançados com a construção do presente equipamento esportivo, destacamos a seguir:

2.8.1. Melhoria da Infraestrutura Esportiva: Proporcionar à comunidade acadêmica um espaço adequado e seguro para a prática de atividades físicas, promovendo a saúde, o lazer e o bem-estar dos estudantes.

2.8.2. Fomento à Prática Esportiva: Incentivar a prática regular de esportes, contribuindo para o desenvolvimento físico, social e cognitivo dos discentes, alinhado aos princípios da educação integral.

2.8.3. Integração e Eventos Institucionais: Facilitar a realização de eventos esportivos internos e interinstitucionais, promovendo a integração entre estudantes, servidores e a comunidade externa.

2.8.4. Valorização do Campus: A construção do campo de futebol society também visa fortalecer a imagem do Campus Picuí como uma instituição que se preocupa com a formação integral dos seus alunos, abrangendo não apenas o ensino acadêmico, mas também o desenvolvimento esportivo e social.

2.9. Diante do exposto, a contratação dos serviços, objeto do presente instrumento, mostra-se fundamental para atender às necessidades institucionais, promover o bem-estar dos estudantes e consolidar o campus como um espaço de referência em educação e promoção de práticas esportivas. Essa medida visa solucionar os desafios atuais, otimizar recursos e garantir a excelência no atendimento às demandas da comunidade, que são fundamentais para o cumprimento da missão institucional do instituto.

2.10. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 8º, Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Geral - Campus Picuí	JOSÉ HERMANO CAVALCANTI FILHO
Pró-Reitoria de Administração e Finanças	JOSÉ ALBINO NUNES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

4.1.1. A prestação dos serviços será realizada por empresa especializada, devidamente habilitada e regulamentada pelos órgãos competentes, conforme a legislação em vigor e em estrito atendimento aos padrões de sustentabilidade estabelecidos neste instrumento e nos demais artefatos da contratação.

4.1.2. Os serviços deverão ser executados com diligência e qualidade técnica, assegurando a entrega conforme os requisitos inerentes a cada atividade especificada em contrato, especialmente as normas técnicas da ABNT; a legislação de acessibilidade; o Código de Obras do município competente para a execução; as regulamentações do Corpo de Bombeiros do respectivo estado; e as normativas expedidas pelo Ministério do Trabalho.

4.1.3. A execução dos serviços deverá observar técnicas adequadas e rotinas específicas, em plena conformidade com as normas técnicas vigentes, garantindo a qualidade e segurança das obras.

4.1.4. A CONTRATADA deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, ou substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sempre que forem verificados defeitos ou incorreções no decorrer da vigência contratual, desde que atribuíveis à sua responsabilidade.

4.1.5. A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica qualificada, com profissionais habilitados e registrados em seus respectivos conselhos de classe (CREA/CAU), especialmente engenheiros e arquitetos, quando aplicável, além de trabalhadores com capacitação comprovada para o manuseio de equipamentos específicos e execução de serviços relacionados ao objeto da contratação.

4.1.6. A CONTRATADA deverá designar um Responsável Técnico (RT), devidamente habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro órgão competente, que deverá acompanhar a execução integral do projeto, sendo o ponto de contato para o CONTRATANTE em todas as fases da obra. O Responsável Técnico (RT) será responsável por assegurar o cumprimento das normas técnicas, cronograma e especificações contratuais.

4.1.7. A CONTRATADA deverá garantir a entrega dos serviços dentro dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, mantendo a qualidade e a conformidade com as especificações técnicas. Atrasos injustificados ou entregas fora dos padrões de qualidade estabelecidos serão objeto de penalidades conforme previstas no contrato.

4.1.8. A CONTRATADA deverá apresentar um plano de segurança do trabalho específico para a execução da obra, incluindo medidas preventivas para acidentes e riscos ocupacionais, em conformidade com as Normas

Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho, sempre garantindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pelos operários.

4.1.9. A CONTRATADA deverá implementar um sistema de controle de qualidade para verificar a conformidade dos materiais e serviços prestados com as especificações contratuais e normativas vigentes, realizando testes, ensaios e inspeções quando necessário. Todo o controle de qualidade deverá ser documentado e disponibilizado ao CONTRATANTE para fins de fiscalização.

4.1.10. A CONTRATADA deverá adotar práticas de gestão ambiental em todas as fases da obra, minimizando o impacto ambiental, especialmente no que tange à destinação adequada de resíduos, ao controle de emissões atmosféricas e ao uso racional de recursos naturais, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas pelo CONTRATANTE.

4.1.11. Após a conclusão da obra, a CONTRATADA deverá fornecer um plano de manutenção preventiva e corretiva para o campo de futebol society, assegurando que o gramado sintético, sistema de drenagem, iluminação e demais instalações funcionem adequadamente durante o período de garantia contratual.

4.1.12. A CONTRATADA deverá entregar, ao término da obra, toda a documentação "as-built", contendo os projetos atualizados e detalhados de acordo com o que foi efetivamente construído, incluindo plantas, cortes, esquemas de instalações elétricas, hidráulicas e de drenagem, bem como manual de operação e manutenção das instalações e equipamentos.

4.1.13. A CONTRATADA deverá manter apólices de seguros que cubram eventuais danos materiais e pessoais causados no curso da execução da obra, assegurando que o CONTRATANTE seja isento de responsabilidade por tais ocorrências.

4.1.14. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento técnico para a equipe do CONTRATANTE ou outra designada, capacitando-a para a operação e manutenção do campo de futebol society, incluindo o sistema de iluminação, drenagem e cuidados com o gramado sintético, visando à preservação da infraestrutura e à maximização da vida útil dos equipamentos.

4.1.15. Todos os materiais e processos utilizados deverão estar em conformidade com as normas ambientais vigentes, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos ([Lei nº 12.305/2010](#)) e as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com especial atenção para a não geração de resíduos perigosos e a reutilização de materiais sempre que possível.

4.1.16. A CONTRATADA deverá apresentar um plano de mitigação de impacto, detalhando as ações que serão adotadas para minimizar eventuais transtornos à comunidade e ao meio ambiente local durante a execução da obra, como controle de poeira, ruído e tráfego de veículos pesados, além da preservação de áreas verdes e proteção de recursos hídricos próximos ao local da construção.

4.1.17. A CONTRATADA deverá garantir que todos os espaços e acessos ao campo de futebol society sejam plenamente acessíveis a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com a NBR 9050, assegurando a existência de rampas, sinalização tátil e sanitários adaptados.

4.1.18. A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE relatórios periódicos de execução física e financeira, conforme o cronograma estabelecido, detalhando o andamento dos serviços, materiais utilizados, eventuais desvios de planejamento e ações corretivas implementadas. Esses relatórios deverão ser entregues em intervalos regulares, permitindo o acompanhamento e a fiscalização eficaz do progresso da obra.

4.1.19. A CONTRATADA deverá apresentar um plano de contingência para lidar com imprevistos ou emergências que possam surgir durante a execução da obra, incluindo a interrupção de serviços por fatores climáticos, acidentes de trabalho, ou falhas no fornecimento de materiais, assegurando que a obra seja concluída sem comprometer os prazos ou a qualidade esperada.

4.1.20. A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços contratados, salvo mediante prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

4.1.21. A CONTRATADA será responsável por todos os danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, não sendo essa responsabilidade excludente da fiscalização e acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

4.1.22. A CONTRATADA manterá o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer informações, documentos e especificações confiados a ela ou que venha a ter acesso em virtude da execução dos serviços, sendo vedada sua revelação, divulgação ou reprodução, exceto mediante autorização expressa do CONTRATANTE.

4.1.23. A CONTRATADA assumirá todos os encargos decorrentes de eventuais demandas cíveis e penais relacionadas à execução dos serviços, seja originária ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

4.1.24. É vedado à CONTRATADA veicular qualquer publicidade ou informação sobre as atividades objeto do contrato, sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

4.1.25. A CONTRATADA será responsável por todas as despesas relacionadas à execução do objeto contratual, tais como tributos, mão de obra, licenças, alvarás, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, incluindo o recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN ao município onde os serviços serão prestados, durante todo o período contratual.

4.1.26. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, não

podendo estas serem alteradas sem a devida comunicação e aprovação do CONTRATANTE.

4.1.27. Serão considerados diferenciais as práticas de responsabilidade social adotadas pela empresa, como a inclusão de mão de obra local e o respeito às normas de segurança e saúde ocupacional, bem como seu compromisso com as práticas de sustentabilidade durante a execução dos serviços.

4.1.28. Da Justificativa Acerca da Natureza Comum do Objeto;

4.1.28.1. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, que institui o novo regime jurídico das contratações públicas, considera-se que o objeto da presente contratação é de natureza comum. A norma define serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser descritos de forma objetiva, baseados em especificações usuais no mercado, o que é plenamente aplicável ao objeto da contratação em questão. A justificativa para o enquadramento como de natureza comum se dá pelos seguintes fatores:

a. Especificações técnicas usuais e padronizadas: A execução dos serviços objeto do presente instrumento, segue normas técnicas amplamente conhecidas e padronizadas, como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), além de padrões para sistemas de drenagem, iluminação e equipamentos esportivos, que podem ser descritos de maneira clara e objetiva no edital de licitação.

b. Rotina e procedimentos comumente praticados no mercado: O mercado de construção civil, especialmente em obras de pequeno e médio porte como *in casu*, está amplamente familiarizado com as rotinas e técnicas exigidas, o que garante que diversas empresas qualificadas possam realizar esses serviços com base nas descrições especificadas no projeto e no edital.

c. Critérios de desempenho e qualidade bem definidos: Os padrões de qualidade e desempenho do objeto contratado podem ser objetivamente especificados. Esses parâmetros são mensuráveis e verificáveis, permitindo o acompanhamento do cumprimento dos requisitos contratuais.

d. Uso de práticas e tecnologias acessíveis: As soluções técnicas e tecnológicas aplicadas na execução dos serviços são de acesso comum no mercado, sem envolver inovações de alta complexidade ou especificações que demandem soluções não usuais.

e. Concorrência ampla e competitividade: A natureza comum do objeto permite a participação de um grande número de potenciais licitantes, promovendo a competitividade e assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme os

princípios da eficiência e economicidade estabelecidos na Lei n.º 14.133/2021.

4.1.28.2. Dessa forma, o objeto da contratação reúne todas as características de um serviço comum, conforme o entendimento da Lei n.º 14.133/2021, permitindo que as especificações sejam claramente definidas e descritas no edital, garantindo que o processo licitatório seja conduzido de forma transparente, eficiente e competitiva.

4.1.29. Da Justificativa Acerca da Natureza não Continuada do Objeto:

4.1.29.1. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o objeto da presente contratação é caracterizado como de natureza não continuada, sendo, portanto, um contrato por escopo. Tal classificação decorre do fato de que os serviços a serem executados possuem caráter transitório e delimitado, com prazo definido para a sua conclusão, conforme os parâmetros estabelecidos pelo projeto e cronograma físico-financeiro.

4.1.29.2. Neste caso, trata-se de um contrato por escopo, ou seja, um contrato voltado à execução de uma obra específica, com início, meio e fim claramente delimitados, sem necessidade de continuidade após a entrega do objeto final. As razões que justificam o enquadramento do objeto como de natureza não continuada são as seguintes:

a. Escopo delimitado e conclusão final: O contrato visa à construção de um campo de futebol society, que envolve uma sequência definida de atividades e procedimentos, como terraplenagem, instalação de gramado sintético, sistema de drenagem, iluminação e mobiliário esportivo. O objeto do contrato se esgota com a conclusão física e financeira da obra, sem necessidade de continuidade ou prestação futura de serviços após a entrega.

b. Obra singular e de necessidade pontual: A construção do campo de futebol society destina-se a atender uma necessidade específica e pontual do Campus Picuí do IFPB, sem caracterizar uma demanda contínua da Administração. Diferentemente de serviços de manutenção ou operação contínua, a execução dessa obra resulta em um produto finalizado, sem gerar obrigações permanentes além da garantia técnica prevista em contrato.

c. Ausência de prestação contínua de serviços: O objeto da contratação não envolve serviços que necessitem de continuidade ao longo do tempo, como atividades de manutenção, vigilância ou limpeza, que são tipicamente classificadas como de natureza continuada. Ao contrário, trata-se de uma obra com prazo de execução determinado, cujos efeitos se encerram com a entrega definitiva do campo.

d. Contrato vinculado ao escopo específico: O contrato é definido pelo cumprimento de um escopo previamente estabelecido no projeto básico e no cronograma físico-financeiro, sendo sua execução orientada para a entrega de uma obra completa. O contrato por escopo, conforme definido na Lei n.º 14.133/2021, é aquele em que o cumprimento das obrigações contratuais se dá com a finalização do objeto, o que se aplica perfeitamente ao caso em questão.

e. Incompatibilidade com natureza continuada: Ao contrário dos serviços de natureza continuada, que atendem a uma demanda recorrente e permanente, a construção de um campo de futebol society configura uma demanda temporária, cujos efeitos cessam com a conclusão da obra. Portanto, não há justificativa para classificá-lo como um serviço de natureza continuada.

4.1.29.3. Diante disso, conclui-se que o objeto da contratação é de natureza não continuada, uma vez que se trata de um contrato por escopo, com execução única e finalização prevista em cronograma, atendendo à necessidade pontual da Administração Pública sem gerar compromissos ou obrigações de continuidade.

4.1.30. Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza não continuada:

4.1.30.1. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias** contados do(a) data de assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.30.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro do corrente ano, para fins de inscrição em restos a pagar.

4.1.30.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.30.2.1. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.1.30.3. O prazo de execução do objeto é de **90 (noventa) dias** cujas etapas observarão o cronograma a ser fixado no instrumento convocatório.

4.1.30.4. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.1.31. Da Garantia de Execução:

4.1.31.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.1.31.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.1.31.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.1.31.4. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.1.32. Dos Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

4.1.32.1. A Lei nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações, estabelece critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser considerados nas contratações públicas. Nesse contexto, a licitação sustentável refere-se ao procedimento administrativo que visa promover o desenvolvimento nacional sustentável, incorporando critérios sociais, ambientais e econômicos na aquisição de bens e na contratação de serviços.

4.1.32.2. A partir deste enfoque tripartite, que constitui o núcleo mínimo do desenvolvimento sustentável, reconhecemos que o desenvolvimento sustentável envolve ainda outras dimensões, tais como a ética, a jurídica e a política;

4.1.32.2.1. O bem estar social relaciona-se à garantia dos direitos sociais fundamentais, tais como saúde, educação, segurança e trabalho digno, além do respeito aos direitos dos trabalhadores, exemplificados pela proibição do trabalho infantil, fixação de salário mínimo, regulamentação da jornada de trabalho e medidas de proteção à segurança e saúde no ambiente de trabalho.

4.1.32.2.2. O Desenvolvimento econômico: Refere-se à promoção da geração de riqueza, sua distribuição equitativa e ao incentivo a práticas que fomentem a economia local, regional e nacional, sem desrespeitar os princípios da sustentabilidade.

4.1.32.2.3. A Preservação ambiental: Essencial para o desenvolvimento sustentável, exige que as atividades econômicas e sociais sejam realizadas sem degradação do meio ambiente, promovendo um equilíbrio ecológico para garantir os recursos naturais à geração atual e futura.

4.1.32.3. Desta forma, constituem diretrizes de sustentabilidade desta solução a ser observada pela Contratada, entre outras:

- a. Uso racional de recursos naturais: A Contratada deve adotar práticas que minimizem o consumo de água, energia e matérias-primas, priorizando o uso de recursos renováveis e sustentáveis, sempre que possível.
- b. Materiais sustentáveis: Utilização de materiais reciclados ou de menor impacto ambiental na execução do projeto, como gramado sintético de material reciclado e estruturas metálicas com certificação ambiental.
- c. Gestão de resíduos: Implementação de um plano de gestão de resíduos sólidos, que promova a separação, reaproveitamento e descarte adequado dos resíduos gerados durante a construção, em conformidade com as normas ambientais.
- d. Eficiência energética: Instalação, quando previsto no projeto, de sistemas de iluminação de alta eficiência energética, como lâmpadas LED, para garantir redução no consumo de energia durante o uso do campo de futebol.
- e. Captação de água da chuva: O projeto deve prever, conforme o caso, a captação e reuso de águas pluviais para irrigação do campo e limpeza das instalações, contribuindo para a redução do consumo de água potável.
- f. Redução da emissão de carbono: A Contratada deve priorizar o uso de equipamentos e tecnologias que reduzam a emissão de gases de efeito estufa durante a execução da obra, promovendo uma pegada de carbono minimizada.
- g. Valorização da mão de obra local: Sempre que possível, a empresa deve empregar trabalhadores locais, contribuindo para a geração de emprego e renda na região onde a obra será realizada.

4.1.32.4. Com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), 6ª Edição, de setembro de 2023, os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade podem ser aplicados à execução dos serviços:

4.1.32.4.1. A CONTRATADA deve(rá) priorizar a utilização de materiais reciclados, assegurando que, sempre que possível, pelo menos 30% do conteúdo dos produtos seja proveniente de fontes recicladas.

4.1.32.4.2. A CONTRATADA deve(rá) optar por materiais de baixo impacto ambiental, fabricados com técnicas que minimizem a emissão de poluentes e o consumo de recursos naturais.

4.1.32.4.3. A CONTRATADA deve(rá) garantir que todos os equipamentos e sistemas instalados atendam a normas de eficiência energética, como o Selo Procel de Economia de Energia.

4.1.32.4.4. A CONTRATADA deve(rá) priorizar a utilização de fontes de energia renovável, como energia solar, sempre que aplicável.

4.1.32.4.5. A CONTRATADA deve(rá) adotar práticas que minimizem a geração de resíduos durante a execução dos serviços, como planejamento e organização da obra.

4.1.32.4.6. A CONTRATADA deve(rá) implementar um sistema de gestão de resíduos que contemple a separação, coleta e destinação adequada dos materiais, priorizando a reciclagem.

4.1.32.4.7. A CONTRATADA deve(rá) promover a utilização de modais de transporte que apresentem menor impacto ambiental, como transporte ferroviário ou rodoviário com veículos que utilizem biocombustíveis.

4.1.32.4.8. A CONTRATADA deve(rá) otimizar a logística de transporte para reduzir a emissão de gases de efeito estufa e o consumo de combustíveis.

4.1.32.4.9. A CONTRATADA deve(rá) incorporar soluções que permitam a captação e o reuso da água da chuva para irrigação e outros usos que não sejam potáveis.

4.1.32.4.10. A CONTRATADA deve(rá) utilizar equipamentos que reduzam o consumo de água, como torneiras e descargas com dispositivos de economia.

4.1.32.4.11. A CONTRATADA deve(rá) estimular a contratação de mão de obra local, preferencialmente de grupos em situação de vulnerabilidade social.

4.1.32.4.12. A CONTRATADA deve(rá) assegurar que todos os direitos trabalhistas e normas de segurança do trabalho sejam cumpridos, promovendo condições dignas e seguras para os trabalhadores.

4.1.32.4.13. A CONTRATADA deve(rá) apresentar relatórios periódicos que evidenciem a implementação das práticas sustentáveis acordadas.

4.1.32.4.14. A CONTRATADA deve(rá) estabelecer indicadores de desempenho que possibilitem avaliar a eficácia das ações de sustentabilidade durante a execução dos serviços.

4.1.32.5. Esses requisitos visam garantir não apenas a conformidade com as diretrizes estabelecidas pela AGU, mas também a promoção de uma contratação mais responsável e alinhada com os princípios de desenvolvimento sustentável, gerando benefícios sociais e ambientais para a comunidade.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Neste tópico urge a importância de pesquisar e determinar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos que gozam os diversos setores de atuação desta Autarquia – que estão alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração.

5.2. Nossa investigação tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as compras públicas da Administração às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

5.3. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido, que, neste caso, refere-se à execução de serviços de construção de campo de futebol society na unidade do Campus Picuí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

5.4. Os serviços de engenharia e construção, envolvendo as etapas de planejamento, execução e fiscalização, contemplando todos os serviços indispensáveis à plena realização do projeto, são frequentemente contratados por diversas instituições públicas do país e estão regulamentados pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços no âmbito da Administração Pública federal.

5.5. Nessas contratações, observa-se a existência de um modelo flexível que pode ser adaptado conforme as especificidades de cada obra, levando em conta as variáveis do projeto, cronograma e orçamento. Em sua grande maioria, a solução utilizada é a de execução por empreitada, considerando que a construção deve ser realizada de acordo com as normas técnicas e os requisitos estabelecidos nos artefatos da contratação.

5.6. Logo, infere-se que a única alternativa viável para a consecução dos objetivos deste estudo será a contratação de serviços de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia, abrangendo todas as etapas necessárias para a construção de campo de futebol society na unidade do Campus Picuí - IFPB, de forma a atender às necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

5.7. Cumpre informar que não foi necessário a utilização de audiência pública em virtude do resultado das pesquisas no site de compras do governo, que foram

suficientes para comprovar a viabilidade da metodologia e a disponibilidade de empresas para execução do objeto, além de demonstrar que a contratação dos serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente contratação por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas a execução dos serviços, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

5.8. Dessa forma, podemos concluir que a referente solução proposta neste estudo é atual, pertinente ao problema apresentado, repetidamente testada e aprovada em âmbito público.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação dos serviços comuns de engenharia para a execução de serviços de construção de campo de futebol society na unidade do Campus Picuí - IFPB, em consonância com as condições discriminadas abaixo:

6.1.1. Uma vez efetivada a contratação, a licitante vencedora do certame, como CONTRATADA, deverá atender as obrigações técnicas dispostas a seguir:

6.1.1.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar no local determinado pelo CONTRATANTE, garantindo a entrega da obra em perfeito estado de uso e funcionamento, dentro do prazo estabelecido no contrato.

6.1.1.2. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente todas as disposições contidas no caderno de especificações, na planilha orçamentária que embasa a formação de preços, no cronograma físico-financeiro, nas plantas do projeto da obra, em seus memoriais descritivos e demais anexos pertinentes.

6.1.1.3. A CONTRATADA deverá proceder a um minucioso exame do local da obra, considerando todos os elementos constantes dos projetos, memoriais e planilhas, a fim de verificar as condições, medidas, quantidades e técnicas necessárias ao desenvolvimento dos serviços, esclarecendo quaisquer dúvidas junto à fiscalização do CONTRATANTE.

6.1.1.4. Na execução das obras e dos serviços, a CONTRATADA deverá observar todas as leis, regulamentos, posturas, normas de segurança e medicina do trabalho, normas de segurança pública e de proteção ao meio ambiente, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), das concessionárias de energia, água e telefonia, além das normas reconhecidas no setor.

6.1.1.5. A CONTRATADA deverá esclarecer junto à fiscalização do CONTRATANTE quaisquer dúvidas que possam ocasionar discontinuidades nos serviços. Eventuais omissões ou discrepâncias nos

documentos técnicos não servirão como justificativa para a não execução ou fornecimento de materiais e/ou serviços com padrão de qualidade adequado.

6.1.1.6. A CONTRATADA será responsável pela construção, operação, manutenção e segurança do canteiro de obras, incluindo a vigilância, organização e manutenção do esquema de prevenção de incêndios, além de sanar quaisquer dúvidas junto à fiscalização do CONTRATANTE.

6.1.1.7. A CONTRATADA deverá utilizar, na execução da obra, equipamentos, instalações, ferramentas, mão de obra e materiais novos, de qualidade comprovada, respeitando as normas e especificações estabelecidas pelas normas da ABNT e pelo INMETRO.

6.1.1.8. A CONTRATADA deverá prever a execução de todos os serviços, bem como o fornecimento de todos os materiais necessários para a perfeita execução da obra.

6.1.1.9. A CONTRATADA deverá apresentar os materiais a serem fornecidos e empregados na obra, que devem ser novos, sem defeitos e de qualidade comprovada, obedecendo às normas e especificações prescritas nas normas da ABNT, nas condições do projeto e do memorial descritivo, assim como nas recomendações e prescrições normativas dos fabricantes e fornecedores.

6.1.1.10. A CONTRATADA deverá submeter à fiscalização do CONTRATANTE quaisquer propostas de alteração das especificações normativas e/ou do fabricante, sendo estas admissíveis apenas por motivos relevantes de força maior, e somente após a apresentação das alternativas pertinentes pela CONTRATADA. A indicação de marcas de materiais, produtos e equipamentos tem a finalidade de assegurar a qualidade e a especificação, podendo ser utilizados produtos de outras marcas, desde que atendam, no mínimo, aos padrões das marcas mencionadas e sejam previamente aprovados pela Comissão de Fiscalização do CONTRATANTE.

6.1.1.11. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento adequado dos trabalhos.

6.1.1.12. A CONTRATADA deverá garantir a manutenção do gramado sintético por um período mínimo de 5 (cinco) anos após a entrega da obra, incluindo serviços de reparo e substituição de materiais que apresentem defeito ou desgaste, assegurando o pleno funcionamento e a segurança do campo. Além disso, a CONTRATADA deve disponibilizar um canal de assistência técnica para atendimento às necessidades do CONTRATANTE durante o período de manutenção, assegurando a continuidade e qualidade dos serviços.

6.1.1.13. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios periódicos sobre o progresso da obra, apresentando informações detalhadas sobre o cumprimento do cronograma físico-financeiro e quaisquer ocorrências relevantes que possam impactar o andamento da obra.

6.1.1.14. A CONTRATADA deverá realizar treinamentos e capacitação da equipe do CONTRATANTE para a correta utilização e manutenção do campo de futebol society, garantindo que os responsáveis estejam aptos a operar e conservar adequadamente a infraestrutura.

6.1.1.15. A CONTRATADA deverá adotar práticas sustentáveis durante a execução da obra, minimizando impactos ambientais, como a gestão adequada de resíduos, a utilização de materiais sustentáveis e a preservação da biodiversidade local.

6.1.2. As descrições acima são uma referência mínima para execução dos serviços, devendo a contratada providenciar todas as demais ações que forem indispensáveis para a execução satisfatória do contrato, considerando-se a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão.

6.1.3. A CONTRATADA deverá prever em seus custos, todas as ferramentas, materiais, componentes, produtos, aparelhos de medições e de testes, necessários para a execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.

6.1.4. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, fornecendo, mão de obra, componentes, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.

6.1.5. O projeto executivo, conforme o caso, será realizado concomitantemente com a execução dos serviços, conforme disposto no art. 14, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a sua elaboração e implementação, observando-se os prazos e condições estabelecidos no contrato e nos normativos aplicáveis.

6.1.6. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos no instrumento convocatório e seus anexos. Todos os custos referentes aos serviços deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta.

6.2. Os serviços objeto do presente estudo deverão ser prestados observando-se elevados padrões de qualidade, com a utilização de mão de obra especializada e adequadamente qualificada, em conformidade com as especificações dos fabricantes, normas técnicas aplicáveis, melhores práticas de mercado e a legislação vigente, especialmente no que tange à segurança do trabalho, saúde ocupacional e proteção ao meio ambiente, observando-se ainda os princípios da economicidade e eficiência.

6.3. A CONTRATADA assumirá a integral responsabilidade pela boa execução e pela eficiência dos serviços realizados, comprometendo-se a seguir rigorosamente as Normas de Execução, Instruções Técnicas e demais documentos fornecidos pela CONTRATANTE. A CONTRATADA responderá, inclusive, por quaisquer danos

materiais ou pessoais decorrentes da execução inadequada ou irregular dos serviços, devendo tomar todas as medidas preventivas e corretivas necessárias para evitar a ocorrência de tais danos.

6.4. A execução dos serviços deverá ser realizada em estrita conformidade com as Normas Brasileiras aplicáveis, bem como com as orientações e indicações constantes dos projetos, especificações técnicas e demais documentos fornecidos pela CONTRATANTE. Na ausência de Normas Brasileiras específicas ou em caso de omissões nas normas existentes, a CONTRATADA deverá seguir as prescrições estabelecidas pelas normas técnicas internacionais aplicáveis, reconhecidas e aceitas no âmbito da engenharia e construção civil.

6.5. É obrigação da CONTRATADA garantir que todos os materiais e insumos utilizados na execução dos serviços estejam em conformidade com as especificações técnicas e normas de qualidade aplicáveis, devendo, quando solicitado, apresentar os respectivos certificados de conformidade e relatórios de ensaio de qualidade.

6.6. A CONTRATADA deverá, ainda, assegurar o cumprimento das legislações ambientais e de saúde e segurança no trabalho, sendo responsável pela implementação de todas as medidas de proteção coletiva e individual necessárias para prevenir acidentes, preservar o meio ambiente e garantir a saúde e segurança dos trabalhadores e terceiros envolvidos na execução do objeto.

6.7. A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução dos serviços, um sistema de gestão de qualidade, conforme normas internacionais aplicáveis, que permita o controle, a rastreabilidade e a supervisão contínua das atividades realizadas, visando assegurar a conformidade dos serviços prestados e a satisfação das necessidades e expectativas da CONTRATANTE.

6.8. Em caso de divergências entre normas técnicas, legislações e especificações técnicas fornecidas pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à fiscalização do contrato para a definição dos procedimentos a serem adotados, sem prejuízo do cumprimento dos prazos estabelecidos.

6.9. Essa descrição da solução como um todo visa atender aos requisitos do inciso IV, art. 9º, da IN SEGES n.º 58, de 8 de agosto de 2022, fornecendo uma visão abrangente da proposta de contratação dos serviços objeto do presente instrumento, incluindo as exigências relacionadas à manutenção e assistência técnica, quando aplicáveis.

6.10. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa da quantidade de serviços a serem contratados foi aferida com base na identificação das necessidades atuais e prementes da CONTRATANTE,

considerando as especificidades do objeto a ser executado e os requisitos técnicos indispensáveis para a consecução das atividades previstas no escopo contratual.

7.2. Os itens e quantitativos de cada um dos projetos foram estimados de forma a atender integralmente ao escopo da presente contratação, levando em consideração a área total a ser construída, que importa em 929 m². Essa área foi determinada com base em estudos detalhados de viabilidade técnica e econômica e a partir das demandas específicas de cada setor envolvido no projeto.

7.3. O detalhamento dos quantitativos, bem como a justificativa técnica para cada item previsto, consta dos projetos técnicos e dos relatórios elaborados pela unidade técnica de engenharia. Esses documentos foram anexados aos autos do presente processo administrativo e servem como suporte para a correta mensuração das quantidades a serem contratadas, garantindo a observância dos princípios de eficiência, economicidade e adequação às necessidades da Administração.

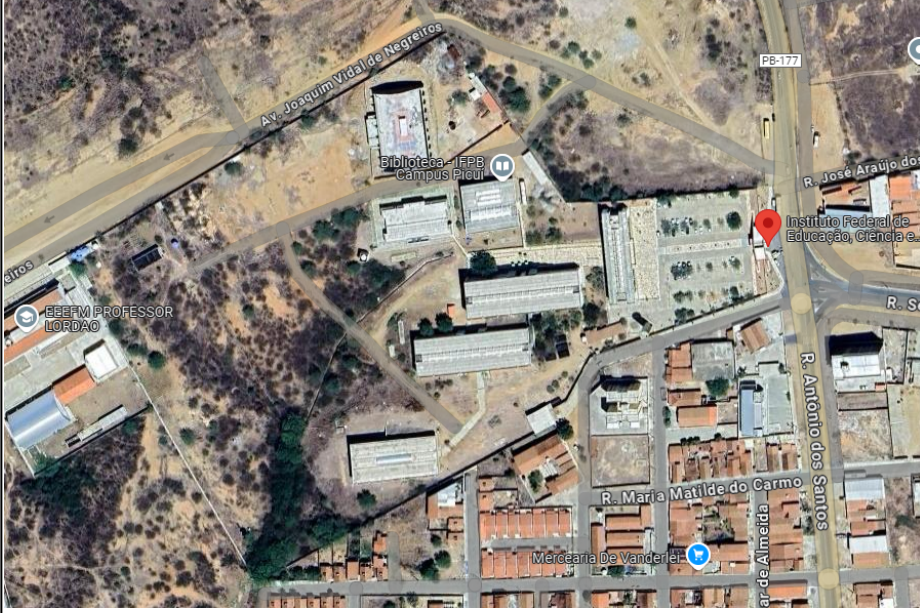
7.4. A memória de cálculo que embasa as quantidades previstas acompanha este documento, detalhando os parâmetros utilizados na análise, tais como produtividade dos serviços, cronogramas de execução, alocação de recursos humanos e materiais, e áreas a serem atendidas, além dos documentos que lhes dão suporte.

7.5. A interdependência com outras contratações foi considerada na elaboração da estimativa, buscando identificar oportunidades de economia de escala e otimização dos recursos financeiros, evitando duplicidade de despesas e promovendo maior eficiência na execução dos serviços contratados.

7.6. As quantidades estabelecidas podem ser ajustadas, conforme necessário, durante a execução do contrato, desde que devidamente fundamentadas por justificativas técnicas e com autorização prévia da CONTRATANTE, sempre respeitando os princípios da legalidade e eficiência.

7.7. Diante de todo o exposto, as estimativas foram formuladas com base em dados concretos e análises detalhadas, permitindo uma melhor adequação aos requisitos operacionais da unidade, considerando a identificação e a área total a ser construída que importa em:

DESCRIÇÃO ATIVIDADE:	DA
	CONSTRUÇÃO CIVIL

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA	
ENDEREÇO:	Acesso Rodovia PB 177, S/N Bairro Cenecista Picuí - PB CEP: 58.187-000
ÁREA DE CONSTRUÇÃO:	928,68 m ²

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 323.455,03

8.1. Os serviços de engenharia, objeto do presente estudo, dar-se-ão pelo regime de empreitada por preço unitário, a partir da demanda formalmente identificada e de orçamento já levantado e aprovado pela Administração.

8.2. A estimativa de preços tem por marco normativo o Decreto n.º 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências, em consonância com o art. 23, §2º da Lei n. 14.133, de 2021.

8.3. Os custos foram levantados com base nas composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, considerando os custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) e, quando pertinente, do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro) para serviços e obras de infraestrutura de transportes.

8.4. Na hipótese de impossibilidade de utilização dos referenciais acima, a pesquisa de preços para a determinação do preço estimado foi realizada utilizando os seguintes parâmetros:

I. Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

II. Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme regulamentação pertinente.

8.5. Os métodos utilizados para a obtenção do preço estimado consideraram a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa, incidindo sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros acima elencados. Os valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados foram desconsiderados.

8.6. Excepcionalmente, foi admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

8.7. As memórias de cálculo da estimativa de preços, os preços unitários referenciais e os documentos que dão suporte a esta estimativa já foram incluídos nos autos do processo administrativo. Esses elementos poderão ser apresentados em anexo classificado, caso a Administração opte por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação, conforme art. 24 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.8. O custo estimado da contratação foi apurado no montante de **R\$ 323.455,03 (trezentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e três centavos)**, sendo este valor referencial para a execução do objeto contratual.

8.9. Os custos de execução ora apresentados, os quais se encontram devidamente detalhados nas planilha(s) orçamentária(s) anexas aos autos do presente processo, foram elaborados por uma equipe técnica devidamente capacitada e habilitada, conforme as diretrizes estabelecidas pela legislação pertinente. Este trabalho resultou na composição do orçamento completo da obra a ser executada, que inclui não apenas os custos diretos, mas também as despesas indiretas e outros encargos que possam incidir, culminando no valor final de referência da contratação. Esse valor será parte integrante da documentação do Termo de Referência, garantindo a transparência e a adequação orçamentária do procedimento licitatório.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em conformidade com as disposições previstas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deve, em regra, observar o princípio do

parcelamento, considerando sua viabilidade técnica e econômica, visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade, sem, contudo, comprometer a economia de escala.

9.2. Entretanto, no presente caso, a opção por não parcelar a solução é justificada pelos seguintes aspectos:

9.2.1. Complexidade Técnica e Interdependência dos Serviços: A natureza integrada dos serviços a serem contratados exige uma execução contínua e coordenada, de modo que o parcelamento poderia resultar em descontinuidade nos processos e comprometer a qualidade e a eficiência da execução, afetando a sinergia necessária para o alcance dos objetivos propostos.

9.2.2. Eficiência na Gestão e Execução: A contratação em regime não parcelado permite uma melhor gestão do contrato e facilita o acompanhamento e fiscalização das atividades, uma vez que a Administração poderá concentrar esforços em um único fornecedor, promovendo maior controle sobre prazos e qualidade dos serviços.

9.2.3. Otimização de Recursos Financeiros: A opção pela não fragmentação da contratação contribui para a minimização de custos administrativos e operacionais, evitando a multiplicidade de contratos e seus correlatos encargos, favorecendo uma utilização mais eficiente dos recursos orçamentários disponíveis.

9.2.4. Economia de Escala: Embora o parcelamento vise a economia de escala, neste caso específico, o escopo da contratação e a natureza dos serviços requerem que sejam realizados de maneira concentrada, permitindo uma melhor negociação de preços e condições com o fornecedor, em virtude do volume total a ser contratado.

9.2.5. Prazo de Execução: A manutenção de um único contrato evita atrasos que poderiam advir de processos licitatórios fracionados, assegurando que a obra seja concluída em tempo hábil e em conformidade com as necessidades da Administração, sem comprometer a qualidade e a segurança.

9.3. Assim, considerando as justificativas apresentadas, conclui-se que a não adoção do parcelamento se revela como a opção mais coerente e vantajosa para o presente caso, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e eficácia que devem nortear as contratações públicas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está diretamente alinhada com os objetivos e diretrizes estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Planejamento Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). O PDI, como instrumento norteador das ações institucionais, define as metas e prioridades para o crescimento e consolidação da rede federal de ensino técnico e superior, orientando as aquisições e contratações de forma a assegurar a expansão da infraestrutura educacional, o desenvolvimento acadêmico e a promoção de ações integradas ao contexto socioeconômico e ambiental da região.

11.2. Dentre os pontos que demonstram o alinhamento da contratação ao planejamento estratégico do IFPB, destacam-se:

11.2.1. Expansão da Rede de Infraestrutura: A construção do campo de futebol society no Campus Picuí está inserida nos esforços de ampliação e modernização da infraestrutura física do Instituto, conforme previsto nas metas de expansão da rede federal e no fortalecimento da integração entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e esporte. Este projeto contribui diretamente para a melhoria da qualidade dos espaços físicos oferecidos aos alunos e servidores.

11.2.2. Valorização da Prática Esportiva e Bem-Estar Social: A criação de espaços que promovam atividades esportivas, como o campo de futebol, está em consonância com os objetivos de valorização da qualidade de vida, bem-estar e desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecendo as políticas institucionais de incentivo à prática de atividades físicas, conforme preconizado nas estratégias de promoção do desenvolvimento humano e social no âmbito do IFPB.

11.2.3. Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Públicos: Em linha com as diretrizes de responsabilidade socioambiental do IFPB, esta contratação integra práticas de sustentabilidade, promovendo o uso racional de recursos e a adoção de soluções que minimizem o impacto ambiental. A implementação de critérios sustentáveis na construção do campo, conforme previsto no contrato e embasado pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, é um reflexo da política institucional de conciliar crescimento com preservação ambiental, conforme os pilares do desenvolvimento sustentável defendidos pelo Instituto.

11.2.4. Inovação e Melhoria Contínua: A contratação visa também atender ao princípio da eficiência, ao buscar soluções inovadoras para a execução de obras, garantindo que os serviços sejam prestados com qualidade e em conformidade com os padrões técnicos exigidos. Este aspecto está diretamente relacionado aos esforços de aprimoramento contínuo que permeiam o planejamento estratégico do IFPB, que busca elevar o nível de seus serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade.

11.3. Assim, a execução desta obra não só materializa as metas de infraestrutura física do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB, como também reforça o compromisso da Instituição com a promoção de um ambiente educacional sustentável, inovador e focado no desenvolvimento integral de seus alunos e servidores.

11.4. Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual 2024, em conformidade com às disposições do art. 6º, do Decreto n.º 10.947, de 25 de janeiro de 2022, consignado no relatório extraído do sistema PGC.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação almeja gerar uma série de ganhos diretos e indiretos, especialmente em termos de efetividade, desenvolvimento nacional sustentável, economicidade, eficácia, eficiência, e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Esses benefícios estão detalhados a seguir:

12.1.1. Dos Ganhos Diretos:

12.1.1.1. Melhoria da Infraestrutura Física e Funcionalidade: A construção do campo de futebol society no Campus Picuí representa um avanço significativo na infraestrutura esportiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), possibilitando a realização de atividades físicas, eventos esportivos e recreativos. Esse novo espaço não só atenderá a comunidade acadêmica, como também promoverá o bem-estar e a saúde, contribuindo para um ambiente educacional mais completo.

12.1.1.2. Desenvolvimento de Competências Esportivas e Educacionais: A nova estrutura incentivará a prática esportiva regular, que é reconhecida como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para o crescimento físico, mental e social. Isso também pode refletir positivamente no desempenho acadêmico, aumentando a motivação e o engajamento dos alunos.

12.1.1.3. Promoção de Sustentabilidade: O projeto de construção integrará práticas sustentáveis, como a utilização de materiais de baixo impacto ambiental e soluções que minimizem o consumo de recursos naturais, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU. Isso inclui, por exemplo, o uso de tecnologias para captação e reuso de

água e instalação de sistemas eficientes de iluminação e drenagem. Essa abordagem está em linha com os objetivos de desenvolvimento sustentável do IFPB e da administração pública federal.

12.1.2. Dos Ganhos Indiretos:

12.1.2.1. Fortalecimento da Comunidade Local e Desenvolvimento Regional: A construção deste campo de futebol terá impacto positivo não apenas para a comunidade acadêmica, mas também para a comunidade local, que poderá utilizar esse espaço em eventos e projetos de extensão. Isso gera uma integração social mais forte, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região. A contratação de mão de obra e fornecedores locais, sempre que possível, também incentivará a economia regional.

12.1.2.2. Melhor Integração Acadêmica e Comunitária: O campo será um ponto de convergência para projetos que envolvem tanto a comunidade acadêmica quanto a comunidade local, facilitando parcerias em atividades esportivas, culturais e sociais. Esse ambiente mais integrado poderá fomentar projetos interdisciplinares e promover o papel social do IFPB como agente transformador da sociedade.

12.1.2.3. Desenvolvimento Nacional Sustentável: A obra, ao seguir os critérios de sustentabilidade e de eficiência no uso de recursos públicos, contribui para o desenvolvimento sustentável do país, alinhado aos princípios da Administração Pública Federal de promover contratações que respeitem o equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

12.2. Efetividade e Economicidade:

12.2.1. Uso Racional de Recursos Públicos: A adoção de práticas sustentáveis e inovadoras na construção reduzirá o impacto ambiental e o consumo de recursos, resultando em uma infraestrutura mais durável e econômica a longo prazo. O uso de materiais de qualidade e a aplicação de soluções de eficiência energética e hídrica contribuirão para a redução de custos de manutenção ao longo dos anos.

12.2.2. Redução de Custos Operacionais: A construção de um campo próprio evita a necessidade de locação de espaços externos para eventos esportivos e atividades físicas, gerando economia de recursos ao longo do tempo. Além disso, a possibilidade de realizar eventos internos maximiza o uso do espaço e amplia a oferta de serviços à comunidade acadêmica.

12.2.3. Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos e Materiais: A contratação permite o melhor aproveitamento da força de trabalho existente no Campus Picuí, que poderá integrar atividades de extensão e projetos pedagógicos ao uso da nova estrutura esportiva. Além disso, a obra será executada com materiais de alta qualidade, evitando retrabalhos e gastos adicionais com reparos ou manutenção prematura.

12.3. Eficácia e Eficiência:

12.3.1. Execução Planejada e Estruturada: A contratação de empresa especializada garante que os serviços sejam prestados dentro de padrões técnicos rigorosos, obedecendo a cronogramas e metas estabelecidas. Isso aumenta a eficiência do processo de construção, minimizando atrasos e permitindo que o campo de futebol esteja disponível para uso o mais rápido possível.

12.3.2. Aumento da Qualidade dos Serviços Educacionais: A nova infraestrutura proporciona melhor aproveitamento do espaço físico do Campus Picuí e amplia as condições para que o IFPB ofereça um ambiente educacional de alta qualidade. A eficiência é alcançada com a utilização plena do campo em atividades curriculares e extracurriculares, fortalecendo o papel da educação física e esportiva no currículo.

12.4. A contratação gera múltiplos benefícios diretos e indiretos, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável, maximização dos recursos públicos, melhoria da infraestrutura acadêmica e incentivo à integração social e regional. Ao adotar práticas de sustentabilidade, eficiência e economicidade, o IFPB não só atende às suas metas estratégicas, como também cumpre seu papel de instituição educacional comprometida com o crescimento responsável e com a excelência no uso dos recursos públicos.

12.5. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Visando a correta execução do contrato, a Administração deverá executar minimamente as seguintes ações e ou providências:

13.1.1. Providenciar, após a contratação, a designação de servidores com perfil adequado para fiscalização de cada contrato especificando, claramente, as atribuições e responsabilidades de cada partícipe, de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 14.133/21, realizando, se necessário, um curso de capacitação para deslindar as particularidades da contratação;

13.1.2. Acompanhar rigorosamente as ações previstas no contrato, especialmente no que tange à realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado, garantindo que as atividades sejam executadas conforme os padrões técnicos estabelecidos;

13.1.3. Garantir que os recursos orçamentários e financeiros necessários para a execução do objeto estejam disponíveis e adequadamente alocados no

orçamento, evitando a interrupção dos serviços ou o atraso na execução do contrato.

13.1.4. Identificar os principais riscos associados à execução do objeto contratado e desenvolver planos de contingência para mitigar os impactos de eventuais imprevistos, assegurando a continuidade e qualidade da prestação dos serviços;

13.1.5. Estabelecer mecanismos de comunicação efetiva entre os fiscais de contrato, o gestor do contrato e os responsáveis pela execução, garantindo o fluxo adequado de informações e a pronta resolução de problemas;

13.1.6. Realizar inspeções periódicas in loco para verificar a conformidade da execução com os termos do contrato, avaliando o cumprimento dos prazos, a qualidade dos serviços e a adequação das soluções empregadas às normas vigentes, registrando em relatórios eventuais não conformidades e propondo as correções necessárias.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Considerando o disposto no art. 7º, XI, da Lei n.º 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os bens e serviços envolvidos nesta contratação devem adotar critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, promovendo o uso eficiente de recursos e a minimização de impactos ao meio ambiente.

14.2. Todos os processos relacionados à execução do objeto contratado, desde a extração de matérias-primas até o descarte final de resíduos, devem observar rigorosamente as normas de proteção ambiental, garantindo práticas sustentáveis em todas as etapas.

14.3. A construção civil, como atividade que viabiliza a modificação do meio natural, tem o potencial de gerar impactos ambientais consideráveis. A seguir, são descritos alguns desses impactos e as respectivas medidas de mitigação a serem adotadas para garantir a sustentabilidade do projeto:

14.3.1. Degradação do solo e erosão:

14.3.1.1. Medida de mitigação: Implementação de práticas de manejo sustentável do solo, como a contenção de encostas, revegetação de áreas impactadas, controle de enxurradas e técnicas de drenagem adequadas, a fim de minimizar a erosão.

14.3.2. Poluição do ar:

14.3.2.1. Medida de mitigação: Utilização de equipamentos de construção com baixa emissão de poluentes, controle de poeira por meio da umidificação do solo e cobertura de materiais transportados, além da adoção de tecnologias mais limpas.

14.3.3. Poluição da água:

14.3.3.1. Medida de mitigação: Implementação de sistemas de drenagem adequados, com uso de bacias de contenção e filtros para evitar que resíduos sólidos e substâncias químicas atinjam corpos d'água próximos.

14.3.4. Perda de habitats naturais:

14.3.4.1. Medida de mitigação: Realizar um estudo ambiental prévio para identificar áreas de maior valor ecológico e, quando possível, evitar a construção nessas regiões. Caso inevitável, aplicar medidas compensatórias, como a criação de áreas verdes e restauração de habitats.

14.3.5. Geração de resíduos sólidos:

14.3.5.1. Medida de mitigação: Desenvolvimento de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), priorizando a redução, reutilização e reciclagem de materiais, além da destinação adequada para resíduos gerados durante a obra.

14.3.6. Consumo de recursos naturais:

14.3.6.1. Medida de mitigação: Eficiência no uso de água e energia durante a obra, adotando tecnologias sustentáveis e práticas de economia de recursos.

14.3.7. Ruído e perturbação sonora:

14.3.7.1. Medida de mitigação: Adoção de medidas de controle de ruído, como barreiras acústicas, agendamento de atividades ruidosas em horários adequados e uso de equipamentos menos ruidosos.

14.3.8. Disposição inadequada de resíduos químicos:

14.3.8.1. Medida de mitigação: Armazenamento e manuseio adequado de produtos químicos, de acordo com as normas e regulamentações ambientais, garantindo a disposição final correta.

14.3.9. Impactos na mobilidade e tráfego:

14.3.9.1. Medida de mitigação: Elaboração de um plano de mobilidade que minimize congestionamentos e perturbações no trânsito durante a obra, além de incentivar o uso de transporte sustentável pelos trabalhadores.

14.5. Para garantir que todas essas medidas sejam implementadas de forma eficaz, é imprescindível que as ações de mitigação sejam integradas ao projeto desde sua

concepção. O acompanhamento contínuo das obras, com envolvimento de especialistas ambientais e consultorias especializadas, será essencial para assegurar a conformidade com as normas ambientais e o sucesso das ações de tratamento e mitigação dos impactos.

14.6. A Instituição deve adotar uma abordagem proativa para a gestão dos impactos ambientais, alinhando-se aos princípios da sustentabilidade, conforme os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais legislações ambientais aplicáveis. Isso contribuirá para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento nacional sustentável, em consonância com as metas institucionais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Em razão dos elementos colhidos durante os Estudos Técnicos Preliminares e da conformidade com o inciso XIII, Art. 9º, da IN SG/SEDGGD/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022, não foram identificados óbices ao prosseguimento da contratação. Nestes termos, a contratação é considerada **VIÁVEL** e **RAZOÁVEL**, atendendo aos requisitos estabelecidos e às necessidades institucionais.

15.2. Por fim, a contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO ALVES DE BRITO

Membro da Equipe de Planejamento

JANAINA ANNE MOTA MELO

Membro da Equipe de Planejamento

ALEX SANDRO DA ROCHA

Membro da Equipe de Planejamento